O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 18/11/2022 - 06:00

Economistas criticam PEC; 'Se a Bolsa cair, paciência', afirma Lula

TRANSIÇÃO Gastos públicos

PEC é alvo de críticas de economistas; 'Se Bolsa cair, paciência', reage Lula

Para analistas, proposta enviada ao Congresso que permite cerca de R$ 200 bi em despesas fora do teto coloca em xeque trajetória da dívida e ameaça corte de juros

Economistas fizeram ontem duras críticas ao texto preliminar da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição enviado ao Congresso Nacional e às falas recentes do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que voltou a criticar o teto de gastos – a regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação.

A leitura dos analistas é de que o texto da PEC da Transição e as declarações do presidente eleito reforçam as incertezas sobre o rumo das contas públicas do País, na medida em que indicam um aumento da dívida pública. Também podem colocar em xeque a previsão de corte da Selic (a taxa básica de juros) em 2023.

O tom crítico partiu também de economistas que, no segundo turno das eleições, declararam apoio ao então candidato petista. "A esmagadora maioria dos economistas que apoiaram o presidente Lula no segundo turno é contra os termos dessa proposta", afirmou Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz – que foi secretário do Tesouro em 2006, no segundo mandato de Lula.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, Arminio Fraga, Edmar Bacha e Pedro Malan – que participaram da implantação do Plano Real – criticaram a postura de Lula. Ao lado de Persio Arida, hoje na equipe de transição, os três divulgaram no início de outubro uma nota conjunta em que declararam voto no petista. À época, diziam que a expectativa era de uma "condução responsável da economia".

"O teto de gastos não tira dinheiro da educação, da saúde, da cultura, para pagar juros a banqueiros gananciosos. Não é uma conspiração para desmontar a área social", escreveram agora Arminio, Bacha e Malan.

Ontem, no Egito, ao participar de um evento promovido na 27.ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, Lula defendeu a PEC da Transição e questionou novamente a regra fiscal do País, sem ainda indicar o que pretende colocar no lugar. "Vai aumentar o dólar e cair a Bolsa? Paciência", disse (*leia mais nesta página*). Em declaração dada na quarta-feira, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin afirmou que a discussão sobre uma nova âncora fiscal só terá início em 2023.

FORA DO TETO. Apresentada na noite de quarta-feira ao Congresso, a PEC da Transição exclui o Auxílio Brasil, que será rebatizado de Bolsa Família, do teto de gastos de forma indefinida. A proposta possibilita ainda a ampliação das despesas se houver aumento da receitas. Pelo texto, cerca de R$ 200 bilhões poderiam ficar fora da regra fiscal em 2023.

"Esse pedido de waiver (*licença para gastar*) parece bastante exagerado. Se fosse para manter R$ 600 (*para o Auxílio*), poderíamos pensar em R$ 52 bilhões, mas estamos falando em 2% do PIB para um país que está com dívida/PIB bastante alta e juros bastante elevados, colocando o Brasil em uma trajetória insustentável em relação a sua dívida", disse Solange Srour, economista-chefe do banco Credit Suisse.

No mercado financeiro, o texto da PEC foi recebido com bastante pessimismo, porque o montante que será gasto fora do teto veio acima do esperado. Logo depois da eleição de Lula, a expectativa era de um gasto extra pouco superior a R$ 100 bilhões. Na semana passada, o número sinalizado pela equipe de transição subiu para R$ 175 bilhões.

"Com quase R$ 200 bilhões (*fora do teto*) e sem sinais muito claros de como será administrado o novo regime fiscal, a tendência será de o governo Lula começar mal", avaliou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

A sessão de ontem do mercado financeiro foi marcada pelo mau humor dos investidores, embora o tom negativo tenha diminuído ao longo do dia. O dólar avançou 0,37%, cotado a R$ 5,40. Na máxima, chegou a R$ 5,52. Já o Ibovespa, principal referência da Bolsa, caiu 0,49%, aos 109.703 pontos. O estresse também ficou evidente no comportamento dos juros futuros, que também subiram com força – indicando que a Selic pode demorar mais para cair ou até subir diante do quadro fiscal incerto.

"A PEC anunciada é ruim. Não é só um waiver. É uma alteração do arcabouço fiscal, sem um ministro (*da Fazenda*) nomeado, e no meio de um cenário internacional complexo", diz Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset.

DÍVIDA PÚBLICA. Se texto da PEC não for alterado, a Armor Capital avalia que a dívida bruta do País pode chegar a 95% do PIB até 2026. Neste ano, a previsão é de que fique em torno de 77% do PIB. "É uma trajetória de crescimento da dívida muito expressiva nos próximos anos", diz Andrea Damico, sócia e economista-chefe da Armor Capital.

O Brasil já tem uma dívida elevada para uma economia emergente. Na prática, esse cenário faz com que os investidores aumentem a percepção de risco em relação ao futuro da economia brasileira, o que pode levar a uma saída de recursos do País, com impactos diretos no câmbio, na inflação e, consequentemente, na Selic.

"No médio e no longo prazos, o que o País pode colher é uma situação macroeconômica pior, e esse cenário acaba pesando no colo dos mais vulneráveis", disse Juliana Damasceno, economista da consultoria Tendências. "Não podemos ter mais inflação e juros se quisermos que o Brasil retome a sua capacidade de crescimento sustentável."

A expectativa dos analistas é de que a PEC deve "desidratar" ao longo da tramitação no Congresso, o que ajudaria a reduzir o montante de R$ 200 bilhões fora do teto de gastos. "A única esperança parece ser que o bom senso venha do Congresso e adie uma discussão tão complexa e profunda para a próxima legislatura, e não a faça em toque de caixa meramente visando o interesse político, não fundamentado pelo lado técnico", afirmou Kawall.

● LUIZ GUILHERME GERBELLI, DANIEL TOZZI MENDES, ITALO BERTÃO FILHO e MARIANNA GUALTER

PEC DEVE SER ENXUGADA PELO CONGRESSO E GASTOS PODEM CAIR A R$ 160 BI. PÁG.B2

Eleito diz que, se não resolver 'os problemas sociais, não vale a pena'

Depois de ter questionado "a tal da estabilidade fiscal", o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar ontem o cumprimento do teto de gastos em detrimento da destinação de recursos para a área social.

"Se não resolvermos os problemas sociais, não vale a pena recuperar esse País. Não adianta só pensar em responsabilidade fiscal, temos de pensar em responsabilidade social", afirmou ele, durante evento na 27.ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP-27), no Egito. "Para cumprir o teto fiscal, geralmente é preciso desmontar políticas sociais, e não se mexe com o mercado financeiro. Vai aumentar o dólar e cair a Bolsa? Paciência. Mas o dólar não aumenta ou a Bolsa cai por causa das pessoas sérias, e sim dos especuladores."

Lula acrescentou que é preciso ter uma meta para o controle da inflação, mas também uma para o crescimento da economia. "Temos de ter algum compromisso com a geração de renda, com aumentar o salário mínimo acima da inflação. Quero provar que é possível acabar com a fome outra vez, gerar empregos."

Na semana passada, Lula já havia defendido que é preciso colocar a questão social na frente de temas que interessam, segundo ele, apenas ao mercado financeiro. ● CLARICE COUTO e EMILIO SANT'ANNA

Mantega pede para sair de equipe de transição

BRASÍLIA

O ex-ministro Guido Mantega pediu para deixar a equipe de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva, à qual havia se integrado de forma voluntária. A decisão foi revelada pela coluna de Mônica Bergamo, na *Folha de S. Paulo*, e confirmada pela assessoria de comunicação do governo de transição.

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) ligou para Mantega para agradecê-lo.

Mantega não poderia receber pelo trabalho na transição, pois foi punido, em 2014, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no episódio das "pedaladas fiscais", que culminou com o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT).

"Em face de um procedimento administrativo do TCU, que me responsabilizou indevidamente, enquanto ministro da Fazenda, por praticar a suposta postergação de despesas no ano de 2014, as chamadas pedaladas fiscais, aceitei trabalhar na equipe como colaborador não remunerado", disse. Mesmo assim, disse o ministro, "essa minha condição estava sendo explorada pelos adversários, interessados em tumultuar a transição e criar dificuldades para o novo governo", escreveu Mantega em carta enviada a Alckmin. ●

PEC deve ser enxugada pelo Congresso e gastos podem cair a R$ 160 bi

Integrantes da equipe de transição de Lula falam em corte de despesas, inclusive subsídios, e revisão de contratos

ADRIANA FERNANDES
LAURIBERTO POMPEU
BRASÍLIA

Os negociadores da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição receberam indicação de lideranças de outros partidos do Congresso Nacional de que o limite de alta de gastos de R$ 200 bilhões deve cair, na tramitação, para cerca de R$ 160 bilhões. Em contrapartida, a equipe de transição entrou em campo para acenar com um corte de despesas para conter o enxugamento.

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, o ex-senador Aloizio Mercadante e o negociador do Orçamento, senador eleito, Wellington Dias, falaram em corte de gastos, inclusive subsídios, e de revisão de contratos.

A flexibilização da regra para abrir espaço de R$ 23 bilhões no Orçamento de 2023 para investimentos deve ser o primeiro dispositivo do texto a cair, segundo apurou o **Estadão**. Pela PEC apresentada anteontem, esse espaço seria aberto com base em receitas extraordinárias (não previstas) para compensar as despesas fora do teto.

A retirada do programa Bolsa Família de forma permanente também pode cair na tramitação da PEC, admitem fontes.

Os negociadores da equipe de transição de Lula têm procurado mostrar que o valor de R$ 175 bilhões para o Bolsa Família poderá ficar menor, em torno de R$ 160 bilhões, na lei orçamentária a ser aprovada em dezembro.

Pela PEC, os gastos do programa social ficam fora do teto. Eventuais sobras no Orçamento não poderão ser remanejadas para outras despesas.

Obstáculo
Benefício de R$ 150 para crianças até seis anos deve demorar porque exigirá revisão de cadastro

O ponto reforçado pelos negociadores é que a inclusão do benefício de R$ 150 para crianças de até seis anos (que custaria R$ 18 bilhões no total) deve demorar para ser implantada, inclusive porque o novo governo terá de fazer um tratamento no cadastro único, distorcido com famílias que se dividiram artificialmente para receber o Auxílio Brasil de R$ 600. O programa foi construído com base em benefício por família, e não por pessoa.

A PEC abre R$ 105 bilhões de espaço para outras despesas no Orçamento de 2023. Essa é a dotação para o Auxílio Brasil prevista no projeto de Orçamento enviado pelo governo Bolsonaro. Com PEC, esses recursos ficarão fora do teto, sobrando espaço para aumentar despesas de outras áreas.

ESCALADO. O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), foi escalado para dialogar com representantes de fundos de investimentos. Ele se reuniu com pelo menos 14 fundos, mas acabou causando ciumeira com quem ficou de fora. "Não ouviram nem a equipe de transição e agora vão falar com uma dezena de gestoras?", ironizou um executivo de um fundo, que cobra transparência.

Segundo apurou o **Estadão**, Reginaldo falou sobre a intenção de rever algumas renúncias fiscais para criar receitas que financiem os programas sociais.

A PEC nem foi protocolada oficialmente e ainda vai passar por debates até ter todas as assinaturas necessárias para tramitar. As conversas são conduzidas pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes das duas Casas. ●

Alckmin não vê motivo para 'estresse' e cita pente-fino em contratos

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

Depois das críticas à PEC da Transição, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) afirmou ontem que não há motivo para "estresse" e que o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai buscar formas de cortar gastos.

"Haverá superávit primário, haverá redução da dívida, mas isso não se faz em 24 horas, se faz no tempo. É uma combinação de resultado primário, de curva da dívida e de gastos. Tem de compor esse conjunto. Então, não há razão para esse estresse, eu vejo com otimismo", afirmou.

Alckmin citou a possibilidade de uma "ampla revisão de contratos vigentes" do governo federal e disse também que vê como prioritária a aprovação da reforma tributária, que deve ser feita "no menor espaço possível de tempo" como questão essencial para o PIB crescer. "O governo vai atuar do lado das despesas, cortando gastos que possam ser cortados. Tem de fazer revisão de contratos, todos, para buscar recursos, fazer um pente-fino", disse .

O vice também falou na revisão de isenções e na constante avaliação de políticas do governo. Questionado sobre a reforma administrativa, disse que será feita a seu tempo. O vice-presidente disse que o Estado precisa funcionar para o crescimento da economia e que o ajuste fiscal será permanente. "Precisamos ter credibilidade, estabilidade e previsibilidade, não pode fazer canetada."

Alckmin disse que é "momentânea" a reação negativa do mercado financeiro a falas de Lula sobre o foco na responsabilidade social como oposição à "tal da estabilidade fiscal". "Vai ser esclarecido e superado. Não há razão para estresse, vejo com otimismo", disse o vice, lembrando que Lula teve responsabilidade fiscal "absoluta" nos mandatos anteriores. "O governo tem compromisso com a responsabilidade fiscal, mas isso não pode ser argumento para não atender o social. As coisas não são incompatíveis."

Alternativa
Vice-presidente eleito diz que PEC é necessária porque Orçamento de 2023 é 'inexequível'

Alckmin disse que a PEC é uma necessidade porque é "inexequível" o Orçamento de 2023 proposto pelo governo Bolsonaro. "O Orçamento do ano que vem é inexequível, não tem dinheiro para pagar o Bolsa Família. Como faz o Casa Verde e Amarela, o Minha Casa Minha Vida, se não tem recurso para obras? Não tem recurso para Farmácia Popular, para o tratamento do câncer. Existe a questão emergencial que é atender os mais necessitados. A outra é o Brasil crescer." ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1 e 2

Copyright © Clipclap 2025.